

Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em
Crianças e Adolescentes
Relatório de análise
1ª Onda

Job: 200372
21 de outubro de 2020

1 – INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

OBJETO

Estudo contratado pelo UNICEF junto ao IBOPE Inteligência para condução de um estudo tipo survey, com abrangência nacional, aplicado por telefone. O estudo foi contratado após aprovação da proposta enviada pelo IBOPE Inteligência em resposta ao LRPS-2020-9158428 do UNICEF.

OBJETIVO

Os principais objetivos da pesquisa são:

- 1) Obter informações sobre os impactos primários e secundários das medidas de prevenção do COVID-19 na vida das crianças e de suas famílias, considerando uma amostra representativa da população brasileira nos níveis Nacional e Regional e focando nos impactos de curto e médio prazo (de aproximadamente daqui a um mês e até seis meses);
- 2) Obter informações e identificar vulnerabilidades das crianças brasileiras e de suas famílias em relação ao acesso à informação, à saúde, à educação, aos recursos financeiros, segurança alimentar, rotina familiar e da comunidade, proteção contra a Violência Contra Crianças, Desenvolvimento da Primeira Infância e Água, Saneamento e Higiene.

Os resultados serão usados pelo UNICEF Brasil para:

- 1) Apoiar a implementação de um plano de ação em resposta à COVID-19;
- 2) Identificar impactos mais duradouros das medidas de prevenção do COVID-19 sobre famílias e crianças, especialmente relacionadas à proteção social, aprendizado e exposição à violência doméstica.

METODOLOGIA

Pesquisa: Quantitativa

Técnica de coleta de dados: Entrevistas telefônicas - C.A.T.I. (*Computer Assisted Telephone Interviewing*). Serão realizadas duas rodadas do estudo. Em ambas as etapas será aplicado o mesmo questionário, com possibilidade de pequenos ajustes no instrumento entre as ondas. Neste relatório, constam os resultados da primeira rodada do estudo.

A realização da segunda onda da pesquisa ocorrerá durante o segundo semestre de 2020, e terá o período de campo definido em conjunto com o cliente, posteriormente.

Abrangência geográfica: Nacional

Público-alvo: A amostra tem como público-alvo a população brasileira com 18 anos ou mais.

Entrevista: O questionário foi desenvolvido pelo UNICEF, revisado em conjunto com o IBOPE Inteligência e submetido à aprovação do cliente.

Pré-teste: Foram realizadas 10 entrevistas em uma etapa de pré-teste, que teve como objetivo identificar possíveis problemas na aplicação das questões. O questionário foi revisado com base nos resultados dessa etapa.

AMOSTRA:

Universo: População brasileira com 18 anos ou mais.

Abrangência: Nacional

Desenho e seleção da amostra: A amostra da pesquisa é representativa da população alvo do estudo, desproporcional para garantir leitura dos resultados totais por grande região do país. A distribuição e seleção de amostra será realizada em dois estágios:

- **Primeiro estágio:** dentro de cada região, discagem randômica em listagens de telefones fixos e móveis.
- **Segundo estágio:** seleção dos entrevistados utilizando cotas em função das seguintes variáveis: sexo, idade, escolaridade, ocupação e região. As cotas foram estabelecidas com base nos dados mais atualizados do IBGE.

Dimensionamento da amostra:

Amostra	Total de entrevistas	Leituras	Margem de Erro – total da amostra	Nível de confiança
Desproporcional	1.516 entrevistas	Total Brasil, regiões do país e variáveis demográficas.	3 p.p.	95%

Número de entrevistadores: 63 entrevistadores.

Taxas de resposta: A partir de uma amostra inicial de 1.516 entrevistas distribuídas nas 5 regiões do Brasil, foram realizadas todas entrevistas previstas na amostra inicial.

Procedimentos e fatores de ponderação: Os fatores de ponderação foram calculados pelo IBOPE Inteligência com o objetivo de corrigir a desproporção do desenho da amostra.

Data de campo da primeira onda: de 03 de julho de 2020 a 18 de julho de 2020.

PROCEDIMENTOS PADRÃO

O IBOPE Inteligência é regido por padrões éticos da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP) e European Society of Opinion and Market Research (ESOMAR).

Além disso, os nossos procedimentos estão em conformidade com a norma internacional de qualidade em Pesquisa de Mercado e Opinião da ISO 20.252 e a norma internacional de Gestão de Qualidade ISO 9001.

Entrevistas telefônicas

- As entrevistas foram realizadas por uma equipe de entrevistadores devidamente treinados, supervisionados e com identificação do IBOPE Inteligência;

- Pelo menos 20% do material dos entrevistadores foram criticados e verificados;
- 100% dos questionários foram submetidos a um teste eletrônico de consistência para verificação de coerência das respostas;
- Foram realizadas através do nosso **C.A.T.I. (Computer Assisted Telephone Interviewing)** - entrevistas telefônicas realizadas com apoio de um questionário eletrônico.

2 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PRIMEIRA ONDA

A seção de análise dos resultados está dividida nas seguintes seções:

- Perfil da amostra
- Informações sobre a COVID-19
- Saúde
- Água, Saneamento e Higiene
- Impactos da COVID-19 na renda familiar
- Impactos da COVID-19 na segurança alimentar
- Educação
- Primeira infância
- Proteção contra a violência
- Conclusões e agenda de políticas públicas.

PERFIL DA AMOSTRA

Para medir os impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes, a amostra foi desenhada com base no perfil da população brasileira com 18 anos ou mais, considerando as variáveis de sexo, idade, escolaridade, região e ocupação, de acordo com os dados da PNADC 2018¹.

A amostra da pesquisa é composta por 53% de mulheres e 47% de homens, sendo indivíduos com escolaridade predominantemente até o Ensino médio (35%) ou Fundamental (40%). Em relação à idade, 35% da amostra tem até 34 anos, cerca de 38% tem 35 a 54 anos e 28% tem 55 anos ou mais. De acordo com a cor ou raça, quase a metade se auto identifica como branca (49%), enquanto 35% se definem pardas e 11% se definem como pretas.

Sobre a distribuição das classes socioeconômicas, a classe C concentra a maior parcela da amostra, com 39%, enquanto 32% são da classe B, 21% das classes DE e 8% da classe A. Considerando a renda familiar, são 32% com renda entre mais de um a dois salários mínimos, e 29% com renda de mais de 2 a 5 salários mínimos. Como a renda familiar reflete o mês anterior ao momento da pesquisa, ela pode contar com o auxílio emergencial para a sua composição, nos casos em que se aplica.

¹ A PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua é produzida em caráter definitivo desde 2012 em todo Brasil e tem periodicidades distintas (a depender do tema investigado). Mais informações em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Recuperado em 10 de setembro de 2020.

Em relação à composição dos domicílios dos indivíduos da amostra, 40% residem com crianças ou adolescentes com até 17 anos, enquanto 60% não residem com crianças ou adolescentes, com uma média de 3,1 moradores por domicílio.

Por fim, em relação ao acesso à Internet, há acesso à tecnologia nos domicílios de 84% dos indivíduos da amostra, enquanto 88% usam ou residem com alguém que usa Internet pelo telefone celular. É interessante notar que o acesso à Internet é mais comum entre os indivíduos que residem com crianças ou adolescentes com até 17 anos, entre os quais 90% têm acesso à rede, enquanto entre quem não reside com crianças e adolescentes 80% têm acesso à Internet em casa. Em termos regionais, a região Sudeste foi a que apresentou maior percentual de indivíduos com acesso à Internet em casa (86%), enquanto na região Norte a proporção ficou em 78%.

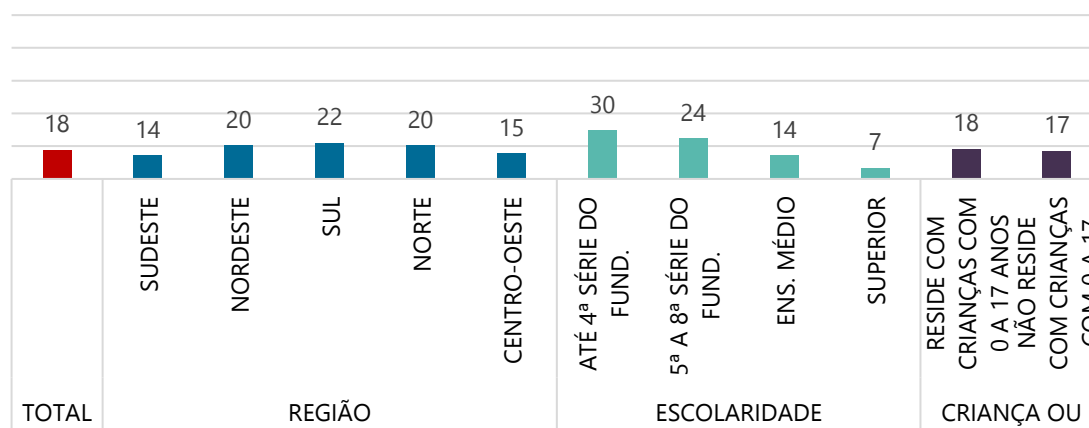
INFORMAÇÕES SOBRE A COVID-19

Como parte da investigação sobre o contexto da pandemia da COVID-19 no país, a pesquisa investigou as informações recebidas pela população sobre a doença. A pesquisa aponta que 82% da população com 18 anos ou mais receberam informações relacionadas à infecção pela COVID-19, enquanto, por outro lado, cerca de 18% não receberam informações, o que representa cerca de 27 milhões de brasileiros. Entre as regiões brasileiras, verificam-se diferenças principalmente entre os percentuais observados entre as populações do Nordeste (20%), Norte (20%) e Sul (22%), por um lado, e da região Sudeste (14%), onde o percentual dos que declararam não ter recebido informações sobre a doença foi menor. Por outro lado, a proporção dos que não receberam informações sobre a COVID-19 foi mais alta quanto menor o nível de escolaridade dos entrevistados, conforme mostra o **Gráfico 01**. Além disso, não houve diferença significativa na proporção de pessoas que não receberam informações quando comparados os dados de residentes com crianças ou adolescentes (18%) e não residentes (17%)

GRÁFICO 01

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE NÃO RECEBERAM INFORMAÇÕES RELACIONADAS À COVID-19

Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)



Ao serem analisados os tipos de informação recebidos sobre a COVID-19, observa-se que todos os tipos de informação investigados foram mencionados por ao menos 90% dos que mencionaram ter recebido informações, com destaque para indicações sobre como se proteger da doença (97%), como a doença é transmitida (95%) e quais são os grupos de risco (95%). Em relação a informações sobre os riscos e complicações da doença, mencionada por 90% daqueles que receberam informações sobre a COVID-19, observa-se que quanto mais alto o nível socioeconômico e de escolaridade, maior a parcela de pessoas que afirmaram terem recebido esse tipo de informação, o que foi mais frequente entre pessoas pertencentes a famílias de classe A (97%) e que estudaram até o Ensino Superior (94%), do que entre indivíduos das classes DE (81%) e que estudaram até o Ensino Fundamental (81%).

A pesquisa também investigou a opinião da população com 18 anos ou mais sobre as ações de prevenção contra a COVID-19 por meio da percepção de importância de medidas de isolamento social, fechamento de comércios e o fechamento de escolas. Na percepção da maior parte da população, tanto o isolamento social (84%) quanto o fechamento de escolas (82%) se destacam como medidas muito importantes para o combate à COVID-19. Por outro lado, o fechamento de comércios figura como a medida vista como menos importante contra a COVID-19: 40% da população com 18 anos ou mais a considera pouco ou nada importante.

A opinião dos brasileiros sobre o fechamento de comércios apresenta variações importantes de acordo com a faixa etária e o grau de escolaridade dos indivíduos. A parcela de pessoas que consideram a medida muito importante aumenta quanto maior a faixa etária dos indivíduos, passando de 45% entre indivíduos com 24 a 34 anos para 62% na faixa etária de 55 anos ou mais. Por outro lado, a percepção de importância da medida diminuiu conforme aumenta o grau de instrução dos indivíduos, uma vez que a proporção dos que a consideram muito importante passa de 63% entre indivíduos com até o Ensino Fundamental I para 52% entre os que estudaram até o ensino superior. Entre as regiões, a proporção dos que consideram a medida muito importante foi maior sobretudo no Sudeste (57%) e Nordeste (59%).

As demais medidas apresentaram variações menores de acordo com a região ou nível socioeconômico, mas vale ressaltar algumas diferenças em relação ao fechamento de escolas. Quanto ao aspecto regional, a percepção de importância da medida foi maior principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste (85% dos residentes em ambas as regiões consideram a medida muito importante). Em relação às faixas etárias, foi observada diferença significativa na proporção dos que consideram a medida muito importante na faixa etária de 25 a 34 anos (87%) em relação aos indivíduos com 35 a 44 anos (79%) e 55 anos ou mais (79%). Também foi observada uma maior parcela de brasileiros que consideram o fechamento de escolas muito importante para o combate à COVID-19 entre os mais escolarizados, com Ensino Médio (85%) ou Ensino Superior (83%), principalmente quando comparados com aqueles que têm até o Ensino Fundamental I (77%). É importante mencionar também que entre residentes com crianças ou adolescentes o percentual dos que consideram o fechamento de escolas muito importante (85%) foi superior ao observado entre não residentes (80%).

Outro tema tratado pela pesquisa a respeito das informações sobre a COVID-19 a que a população com 18 anos ou mais tem acesso é a percepção da população sobre estar no grupo de risco para ter uma forma grave da doença, o que ocorre com quase metade da população (46%), proporção que representa cerca de 72 milhões de

brasileiros. Esse percentual é maior sobretudo entre a população mais vulnerável em termos socioeconômicos, como entre brasileiros pertencentes às classes C (47%) e DE (62%), ou aqueles com renda familiar de até um salário mínimo (55%), enquanto uma parcela menor considera que faz parte do grupo de risco entre os indivíduos pertencentes à classe A (32%) e B (37%), e entre aqueles com renda familiar de mais de cinco até dez salários mínimos (36%) e de mais de dez salários mínimos (35%). Vale destacar também o percentual entre indivíduos com 55 anos ou mais, entre os quais 80% se consideravam no grupo de risco para ter uma forma grave da doença.

Além das informações recebidas a respeito da COVID-19, a pesquisa investigou medidas práticas que a população passou a tomar no combate à doença desde o início do período da pandemia. Apesar de a pesquisa revelar que uma parcela importante dos brasileiros com 18 anos ou mais afirma que não recebeu informações sobre a doença, medidas práticas foram muito frequentes, com destaque para o uso de máscara ao sair de casa (por 97%). Outras medidas frequentemente adotadas no período desde o carnaval, quando tiveram início as primeiras medidas de isolamento social e prevenção ao novo coronavírus, foram a manutenção de distanciamento social ao sair de casa, lavar as mãos regularmente ou higieniza-las com álcool gel e cobrir a boca e o nariz ao espirrar ou tossir, medidas tomadas por cerca de 96% da população com 18 anos ou mais.

SAÚDE

Dentre os temas relacionados à saúde abordados na pesquisa, foi investigada a presença dos sintomas da COVID-19 entre pessoas com 18 anos ou mais desde o início da pandemia. Cerca de metade da população (46%) declarou ter tido algum sintoma de COVID-19 no período da pandemia, sendo que esse percentual é maior entre residentes com crianças ou adolescentes (53%) do que entre não residentes com esse público (42%).

Dentre os sintomas mais mencionados destacam-se a dor de cabeça (32%), coriza (22%), tosse (21%) e dor no corpo, do tipo dor muscular (21%). Entre os que apresentaram algum sintoma, 61% entraram em contato com algum serviço ou pessoa quando o sintoma da doença ocorreu, sendo o contato com médico da família ou equipe de saúde da família (35%) o mais mencionado. Importante ressaltar que o contato com médicos da família ou equipe de saúde da família foi mais mencionado por pessoas que estudaram até o Ensino Superior (42%).

A pesquisa também traz dados sobre sintomas conjugados, seguindo o padrão de análise de sintomas utilizado na pesquisa PNAD Covid19, do IBGE². Na atual pesquisa sobre impactos da COVID-19, foi observado que 11% dos brasileiros com 18 anos ou mais sentiram sintomas como perda de olfato ou paladar, 4% sentiram tosse, febre e falta de ar e 4% sentiram febre, tosse e dor no peito.

Em relação à busca de atendimento ou informações quando tiveram algum sintoma de COVID-19, foi mais comum a busca de atendimento em algum hospital, pronto socorro ou unidade básica de saúde (28%) ou em posto de saúde do bairro ou

² A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID19) estima o número de pessoas com os sintomas referidos da síndrome gripal, além de seus impactos no mercado de trabalho no Brasil. Mais informações em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Recuperado em 20 de Outubro de 2020.

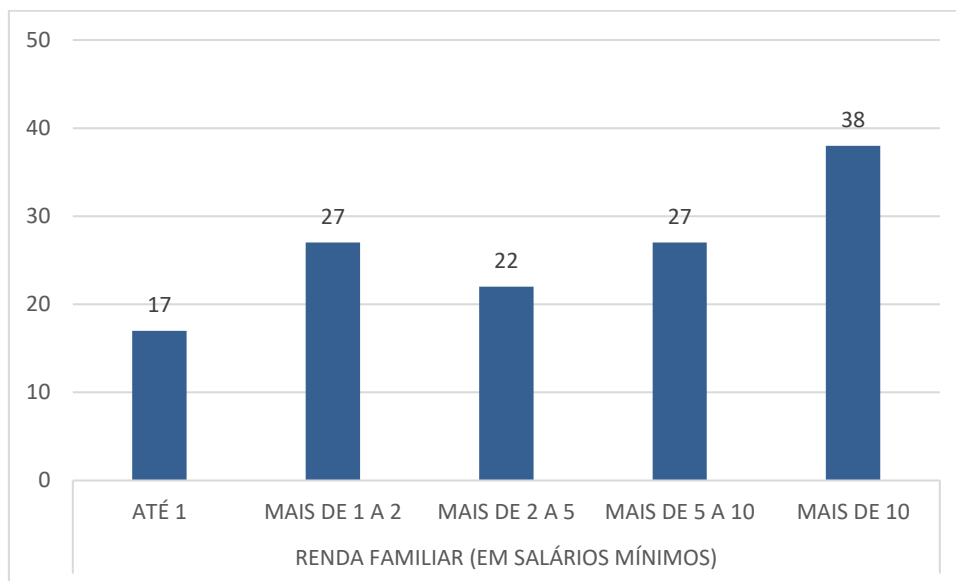
próximo (24%). Em um momento de isolamento social, a busca por atendimento ou informação remotamente também foi utilizada, com destaque para os 18% de indivíduos que tiveram sintomas que buscaram informações no aplicativo do SUS, 9% pelo telefone 136 do SUS e, mesmo com baixa proporção, 3% que buscaram atendimento via telemedicina. Vale destacar que 43% não buscaram atendimento ou informações, proporção que chega a 49% entre aqueles que estudaram até Ensino Fundamental I e a 51% entre residentes na região Centro-Oeste, enquanto a busca de atendimento ou informações foi mais comum entre as pessoas que tiveram sintomas e que têm Ensino Superior (37% não buscaram informações) ou residem no Norte (32% não buscaram informações). Uma hipótese a ser melhor trabalhada é se o fato de as pessoas não buscarem informações ou atendimento pode estar associada ao receio de se expor em ambientes ambulatoriais ou hospitalares e contrair a doença.

Ainda entre as pessoas que tiveram algum sintoma de COVID-19, a pesquisa aponta que 24% deles fizeram algum teste para confirmar se realmente tiveram infecção pela doença, dentre os quais 38% tiveram o resultado positivo, o que representa 4% da população com 18 anos ou mais. Considerando os resultados por faixas de renda familiar, observa-se que 38% das pessoas que tiveram sintomas e tinham renda familiar superior a 10 salários mínimos fizeram algum teste, mais que o dobro do percentual observado entre pessoas com até um salário mínimo (17%) que foram testadas. Entre as faixas intermediárias de renda familiar, as proporções variam entre 22% e 27%, conforme descrito no gráfico 02.

GRÁFICO 02

PESSOAS QUE SENTIRAM SINTOMAS DE COVID-19 E FIZERAM ALGUM TESTE, POR RENDA FAMILIAR

Percentual sobre o total de pessoas com 18 anos ou mais que sentiram algum sintoma da COVID-19 no período da pandemia.



Indivíduos que possuem algumas comorbidades podem ter maior probabilidade de apresentar a forma grave da doença caso venham a contrair a COVID-19, por isso a pesquisa levantou informações acerca de doenças preexistentes entre os entrevistados e as pessoas que residem em seus domicílios. Os resultados da pesquisa apontam que 65% da população com 18 anos ou mais têm ou residem com pessoas que têm doenças preexistentes, com maior proporção entre indivíduos com 55 anos ou mais (76%). A comorbidade mais mencionada foi hipertensão, citada por 41% dos entrevistados. Com base nos resultados da pesquisa, estima-se que 102 milhões de brasileiros apresentam alguma doença crônica.

Outro fator analisado pela pesquisa foi o acesso a planos de saúde, uma vez que ser beneficiário desse serviço pode facilitar o acesso a atendimento médico em caso de necessidade. De acordo com a pesquisa, 41% da população com 18 anos ou mais eram titulares ou beneficiários de algum plano de saúde. Contudo, as proporções foram mais baixas entre pessoas que residem com crianças ou adolescentes (37%) do que entre aqueles que não residem (44%). Destaca-se também a diferença na proporção de titulares ou beneficiários de planos de saúde entre os níveis socioeconômicos, com percentuais que variaram de 16% entre indivíduos das classes DE para 82% entre indivíduos pertencentes a famílias de classe A. Vale ressaltar que, de acordo com os resultados da pesquisa, o fato de serem ou não titulares ou beneficiários de planos de saúde afetou pouco o padrão de busca de atendimento ou informações, uma vez que foram semelhantes os percentuais daqueles que buscaram diferentes tipos de atendimento, sendo beneficiários ou não.

Ainda em relação aos planos de saúde, de acordo com estimativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para julho de 2020, a taxa de cobertura da população por planos privados de saúde no Brasil foi de 24%³, proporção mais baixa do que a observada na pesquisa, mas que diz respeito ao total da população, independentemente da idade.

ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE

O saneamento básico é um fator de grande importância para a prevenção de inúmeras doenças. Dispor de água potável e esgotamento sanitário adequado no domicílio contribui para a manutenção da limpeza do ambiente, evitando proliferação de agentes transmissores de doenças, bem como para a manutenção da rotina de higiene dos moradores. Uma das principais recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar o contágio da COVID-19 é a lavagem das mãos com água e sabão ou a higienização com produtos à base de álcool, o que pode não ser possível para aqueles que não possuem acesso a água potável ou a produtos de higiene. Por esta razão, a pesquisa investigou o acesso dos brasileiros a saneamento básico e a itens de higiene que auxiliam na prevenção da COVID-19.

De acordo com os resultados da pesquisa, 84% dos indivíduos com 18 anos ou mais possuíam em seus domicílios água proveniente da rede geral de distribuição, sendo que o acesso é maior nas regiões Sudeste (91%), Centro-Oeste (85%), Sul (84%) e Nordeste (80%) do que na região Norte (55%), onde a utilização da água de poço ou nascente apresentou a maior proporção entre as regiões (38%). A desigualdade

³ Mais informações em <https://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>. Acessado em 10 de setembro de 2020.

em relação à disponibilidade de água também é observada entre as classes: indivíduos das classes A (88%), B (92%) e C (87%) tinham maior acesso à água proveniente da rede geral de distribuição do que os das classes DE (65%), dentre os quais 20% recorriam a poços e nascentes para o abastecimento de água.

Quanto ao esgoto do banheiro ou sanitário, somente 68% informaram que o esgoto é lançado na rede geral de esgoto ou pluvial, 17% em fossa séptica e 5% em fossa rudimentar. Verificou-se uma disparidade de acesso à rede geral de esgoto ou pluvial entre as regiões do Brasil. No Sudeste, a proporção de residentes com acesso a essa rede é de 88%, bastante superior em comparação ao observado nas regiões Sul (64%), Centro-Oeste (56%), Nordeste (54%) e Norte (31%), sendo que o uso de fossa séptica é superior ao da rede geral de esgoto na região Norte (39%).

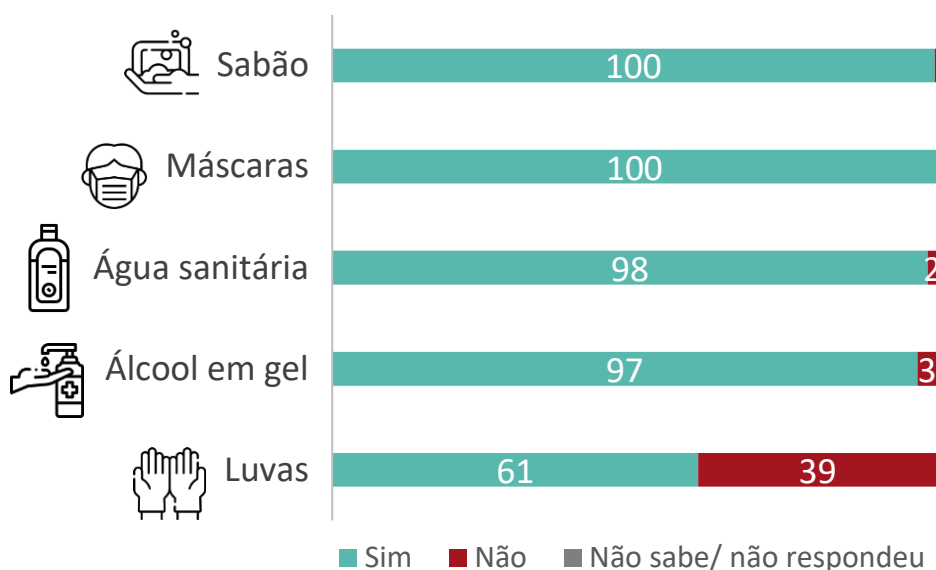
Também foi observado que os domicílios onde residem crianças e adolescentes de 0 a 17 anos têm menor acesso a saneamento básico adequado do que os domicílios daqueles que não residem, o que é preocupante, considerando que grande parte das crianças e adolescentes tem passado mais tempo em casa, por conta da suspensão de aulas presenciais nas escolas. Havia abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição em 81% dos domicílios de residentes com crianças e adolescentes contra 86% daqueles que não residiam. Em compensação, o abastecimento por poço ou nascente de água era mais comum entre os que residiam com menores de idade (13%) do que entre os que não residiam (9%). Em relação ao esgotamento sanitário, o acesso à rede geral de esgoto ou pluvial não apresentou diferenças significativas entre residentes (67%) e não residentes com crianças ou adolescentes (70%).

Apesar das desigualdades em relação à fonte de água e ao escoamento de esgoto no domicílio, o resultado da pesquisa revelou que a presença da maioria dos produtos de higiene e limpeza investigados pela pesquisa é praticamente universal nas residências brasileiras, conforme se observa no gráfico a seguir.

Gráfico 03

EXISTÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE NO DOMICÍLIO

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)



A existência de sabão e máscaras em casa foi mencionada por 100% dos respondentes, sendo que água sanitária (98%) e álcool em gel (97%) tiveram quase o mesmo alcance. Já as luvas (61%) estão menos presentes nos domicílios brasileiros. Entre os indivíduos que não possuem algum desses itens em casa, quando indagados a respeito da razão para não possuírem esses itens, o principal motivo apresentado é que esses produtos não são necessários (58%), 11% citaram o alto preço desses itens e 9% justificaram que ninguém que mora na casa encontrou esses itens para comprar, enquanto 29% disseram ter outros motivos para não possuir esses itens em casa. Vale ressaltar que responderam a essa pergunta principalmente os que não possuíam luvas em casa, o único entre os investigados que não estava praticamente universalizado na população.

Devido à crise sanitária e econômica que se instalou no país em decorrência da pandemia do novo coronavírus, algumas instituições passaram a distribuir produtos de higiene e limpeza. Do total da população, 8% informaram que tiveram acesso a algum programa de distribuição de produtos de higiene e limpeza desde o início da pandemia. Essa proporção foi mais alta entre os que residem com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (10%) do que entre os que não residem (7%). Entre as regiões do Brasil, observou-se que os residentes da região Sul (5%) mencionaram esses programas em menor proporção do que os residentes no Norte (11%) e no Sudeste (9%). A respeito da origem desses programas de distribuição, 4% informaram se tratar de um programa do Governo, 3% de instituições religiosas, 2% de organizações não-governamentais e 2% que se referia a algum outro programa.

RENDA FAMILIAR

No que concerne aos impactos da pandemia da COVID-19 na renda familiar do brasileiro, a pesquisa traz dados sobre a ocupação da população, acesso a outras fontes de renda além do trabalho, bem como indicadores sobre a percepção de mudança no nível de rendimento familiar da população com 18 anos ou mais após o início da pandemia.

Em relação à ocupação, 64% da população com 18 anos ou mais revelou que estava trabalhando antes do carnaval, ou seja, antes do início do período da pandemia, sendo que 45% deles relataram que estavam trabalhando com carteira assinada. Entre os que não estavam trabalhando antes do início da pandemia, 23% mencionaram que estavam procurando emprego antes do carnaval. Por outro lado, atualmente, a proporção dos que indicam que estão trabalhando é de 50% da população, ou cerca de 78 milhões de brasileiros.

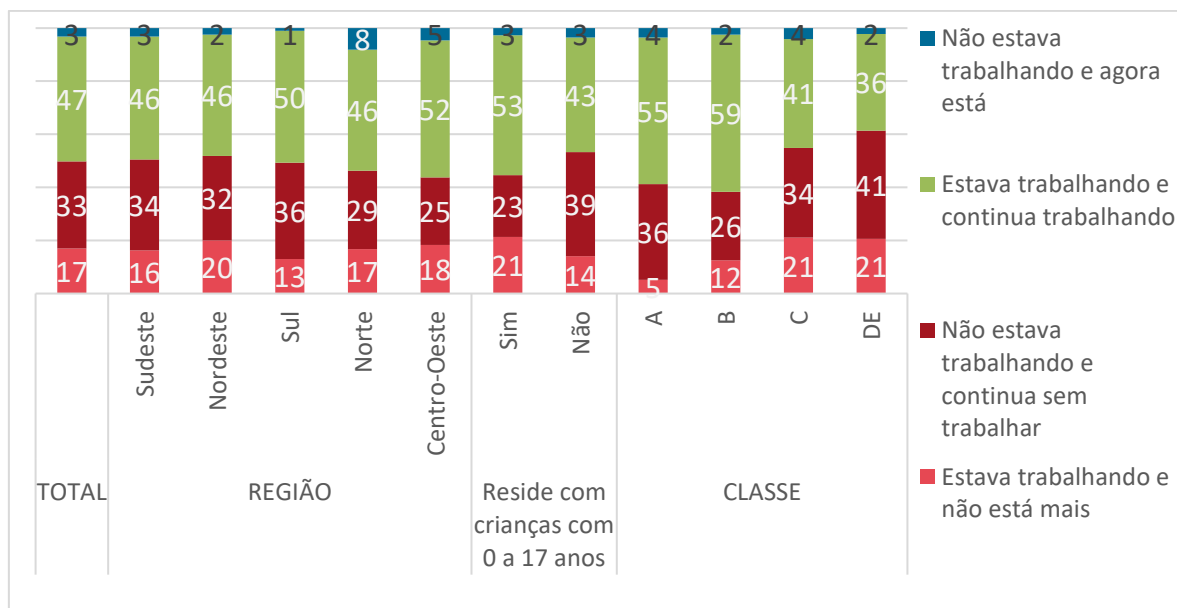
Considerando a combinação dos indicadores de ocupação antes do carnaval e ocupação no momento da pesquisa, cerca de 17% dos brasileiros com 18 anos ou mais estavam trabalhando antes do início da pandemia mas não estavam mais trabalhando no momento da realização da pesquisa. A pesquisa também revela que três quartos desses indivíduos (75%) trabalhavam sem carteira assinada antes da pandemia, proporção que alcançou 86% entre os que receberam o auxílio emergencial, não estavam mais trabalhando no momento da pesquisa mas trabalhavam antes do carnaval, números que demonstram que a pandemia teve maior impacto na ocupação entre trabalhadores informais do que entre trabalhadores com carteira assinada..

Quando se analisa a variação do percentual dos que estavam ocupados antes do carnaval mas não estavam ocupados no momento da pesquisa entre diferentes segmentos da população, observa-se que o impacto da pandemia na ocupação também foi maior entre indivíduos pertencentes a famílias de classes socioeconômicas C e DE e entre residentes com crianças e adolescentes com até 17 anos. Em termos regionais, destaca-se principalmente a diferença observada entre os residentes na região Nordeste, entre os quais 20% estavam trabalhando antes do carnaval e não estavam mais nessa situação no momento da realização da pesquisa, enquanto na região Sul essa proporção foi de 13%.

Gráfico 04

OCUPAÇÃO ATUALMENTE E ANTES DO INÍCIO DA PANDEMIA

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)



Analisando especificamente o impacto da pandemia na renda familiar dos brasileiros, a pesquisa revela que mais da metade dos brasileiros com 18 anos ou mais (55%) identificou uma redução na renda familiar do seu domicílio no período, o que representa cerca de 86 milhões de indivíduos. Nesse aspecto, a pesquisa também reforça o maior impacto da pandemia entre residentes com crianças ou adolescentes, uma vez que a proporção dos que consideram que a renda familiar diminuiu foi de 63% entre esse público, enquanto foi de 50% entre indivíduos que não residem com crianças ou adolescentes, proporções que demonstram, mais uma vez, o impacto particular da pandemia nas famílias com crianças ou adolescentes. Cerca de um quarto dos residentes com crianças ou adolescentes (25%) revelaram que a renda familiar do domicílio diminuiu pela metade no período da pandemia, proporção que foi de 14% entre não residentes com crianças ou adolescentes.

Além disso, a pesquisa revela que o impacto da pandemia foi sensivelmente maior quanto mais baixa a renda familiar dos indivíduos, uma vez que 67% dos brasileiros com 18 anos ou mais com renda familiar de até um salário mínimo revelam que a renda familiar diminuiu desde o início da pandemia, proporção que decresce conforme aumenta a renda familiar dos indivíduos, chegando a 36% entre aqueles com renda familiar superior a dez salários mínimos.

Outro fator relacionado com a diminuição da renda familiar no período da pandemia foi a ocupação. Como revela a pesquisa, enquanto entre brasileiros com 18 anos ou mais que estavam trabalhando no momento da pesquisa o percentual dos que indicavam que a renda familiar havia diminuído era de 54%, essa proporção chegou a 83% entre os que estavam trabalhando antes do início da pandemia e não estavam mais no momento da realização da pesquisa.

A pesquisa também revela que quase um a cada cinco brasileiros (18%) deixou de pagar alguma conta de luz, água ou gás desde o início da pandemia, independentemente do motivo, proporção que também revela possíveis efeitos da

pandemia nas condições de vida da população. A proporção dos que deixaram de pagar contas foi maior principalmente no Nordeste e Centro-Oeste (ambas as regiões com 24%) e no Norte (21%), assim como entre residentes com crianças e adolescentes (21%), nas classes C (22%) e DE (28%).

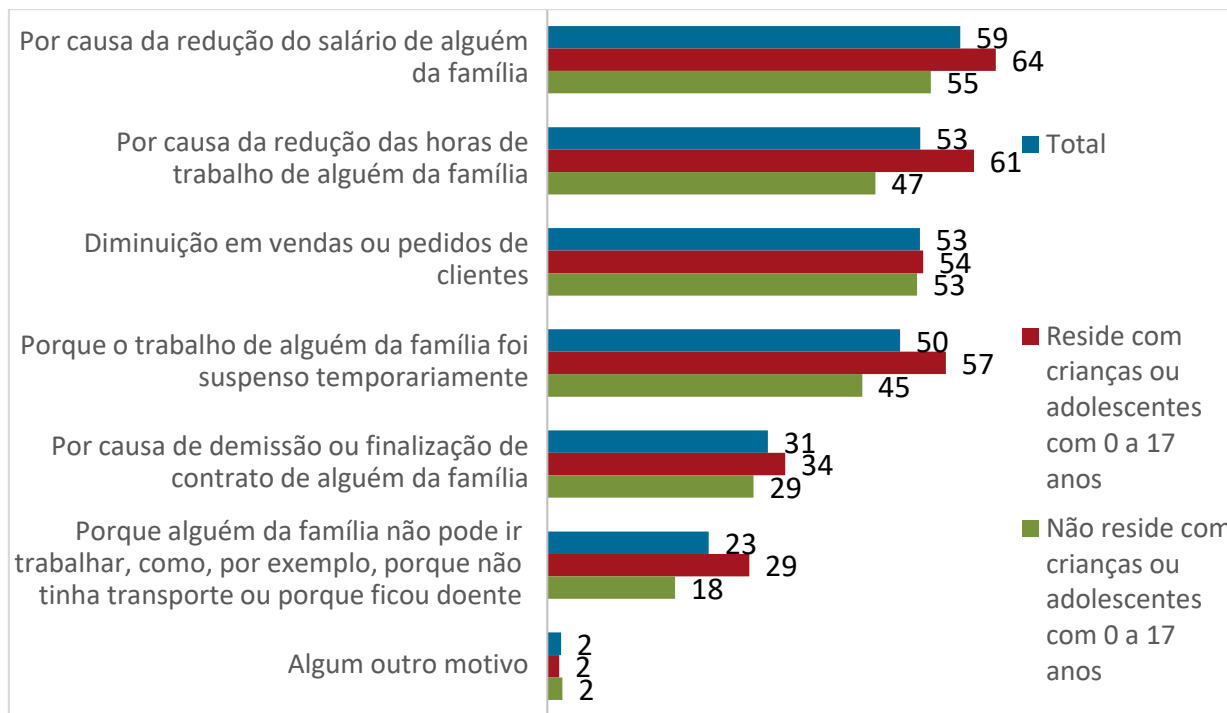
Entre os indivíduos que relataram diminuição da renda familiar no período da pandemia, a pesquisa também apurou os motivos para essa redução. Entre os motivos mais mencionados, todos estão relacionados diretamente à desaceleração da atividade econômica no país em decorrência da pandemia, que se refletiu em redução de salários (59%), redução de horas de trabalho (53%), diminuição em vendas ou pedidos de clientes (53%) ou suspensão temporária de trabalho (50%). Contudo, vale ressaltar que a redução da renda familiar motivada pela demissão ou finalização de contratos de pessoas na família foi menos mencionada, apesar de ser um motivo para aproximadamente um terço dos brasileiros que relataram que a renda familiar em seus domicílios diminuiu (31%). Por outro lado, entre os motivos investigados, outro que foi menos mencionado foi a impossibilidade de ir trabalhar, como por falta de transporte ou por doença (23%).

Nesse aspecto, chama atenção também que, entre residentes com crianças ou adolescentes, todos os motivos foram mais mencionados do que entre não residentes com crianças ou adolescentes, com exceção da diminuição de vendas e pedidos de clientes e demissão ou término de contrato de um familiar, em que não há diferença significativa entre os dois públicos (Gráfico 05).

Gráfico 05

MOTIVOS PARA DIMINUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais que relataram que a renda familiar diminuiu desde o início da pandemia de COVID-19 (%)



Desde o início da pandemia sabia-se que os impactos econômicos decorrentes das medidas de isolamento social poderiam ser fortes, por isso governos de diferentes

países identificaram a necessidade da disponibilização de auxílios monetários para alguma parcela de suas populações. Nesse contexto, no Brasil foi aprovado o pagamento de um auxílio emergencial destinado a trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, a ser pago durante o período da pandemia⁴.

Em relação a isso, a pesquisa indica que quase a metade da população brasileira com 18 anos ou mais solicitou ou reside com alguém que solicitou o auxílio emergencial (46%), o que corresponde a cerca de 72 milhões de brasileiros. O percentual não é homogêneo entre os diferentes segmentos da população, sendo maior entre residentes com crianças e adolescentes (52%) do que entre não residentes (42%), assim como entre indivíduos das classes C (56%) e DE (55%) em relação às classes B (36%) e A (13%).

Entre os que solicitaram, cerca de 75% receberam o auxílio emergencial, aproximadamente 54 milhões de pessoas, ou 34% do total da população com 18 anos ou mais, proporção que chegou a 40% entre residentes com crianças ou adolescentes, frente a um percentual de 30% entre não residentes. Considerando os níveis socioeconômicos da população, a proporção de indivíduos que receberam ou moram com pessoas que receberam o auxílio emergencial aumenta conforme diminui a classe socioeconômica dos brasileiros, passando de 10% entre brasileiros da classe A para 43% dos brasileiros nas classes DE. Além disso, essa proporção foi mais alta entre indivíduos com Ensino Fundamental (36%) e Ensino Médio (39%) do que entre os que chegaram ao Ensino Superior (26%). De qualquer forma, a proporção ainda relevante de brasileiros com Ensino Superior ou de classe mais alta que receberam o auxílio indicam que os impactos da pandemia atingiram trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados de diferentes níveis econômicos.

Entre os brasileiros que receberam o auxílio emergencial do Governo Federal, a pesquisa indica que 44% haviam recebido duas parcelas do auxílio até o momento da realização da pesquisa, 34% haviam recebido três parcelas, e 20% haviam recebido apenas uma parcela do pagamento. Já entre os que solicitaram o auxílio emergencial do Governo Federal mas não haviam recebido, o motivo mais citado para isso foi a recusa do pedido (45%), seguido do fato de o pedido estar em análise (30%). Vale ressaltar, ainda, que 15% não sabem o motivo de não terem recebido o auxílio emergencial, apesar de o terem solicitado.

A pesquisa ainda investigou o acesso a outras fontes de renda além do trabalho e do auxílio emergencial pelos indivíduos com 18 anos ou mais ou pelas pessoas que residem em seus domicílios. Das fontes de renda investigadas, a mais mencionada foi aposentadoria ou pensão, recebida por alguém no domicílio de 40% dos brasileiros com 18 anos ou mais. Outras fontes de renda mencionadas por pelo menos 10% dos entrevistados foram outros benefícios dos governos federal, estadual ou municipal (18%), outros rendimentos como aluguel, arrendamento ou previdência privada (13%) e o bolsa família (10%).

Analisando os resultados por classe e renda familiar, são observadas maiores discrepâncias principalmente no tocante ao acesso a outros rendimentos como aluguel, arrendamento ou previdência privada, mais comum entre indivíduos das

⁴ Aprovação do pagamento do Auxílio Emergencial se deu pela aprovação da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, modificada pela Lei nº 13.998, de 14 de maio de 2020.

classes A (45%) e com renda superior a dez salários mínimos (53%), mas menos comum quanto menor a classe e a renda familiar dos indivíduos, alcançando apenas 6% dos indivíduos de classes DE e com renda familiar de até um salário mínimo. Ocorre o contrário com o Bolsa Família e outros auxílios dos governos federal, estadual e municipal, que são mais comuns quanto mais baixo o nível socioeconômico dos brasileiros. Enquanto o Bolsa Família chega a 27% dos indivíduos de classes DE e 25% daqueles que possuem renda familiar de até um salário mínimo, a menção a esse tipo de benefício é quase inexistente entre indivíduos de classe A (2%) e com renda familiar superior a dez salários mínimos (0%), como esperado. O mesmo ocorre para outros benefícios do governo federal, estadual ou municipal: pouco frequentes entre indivíduos pertencentes a famílias com renda superior a dez salários mínimos (1%) e de classe A (8%), e com um percentual maior quanto menor a classe (17% nas classes DE) e renda familiar (21% com renda familiar de até um salário mínimo).

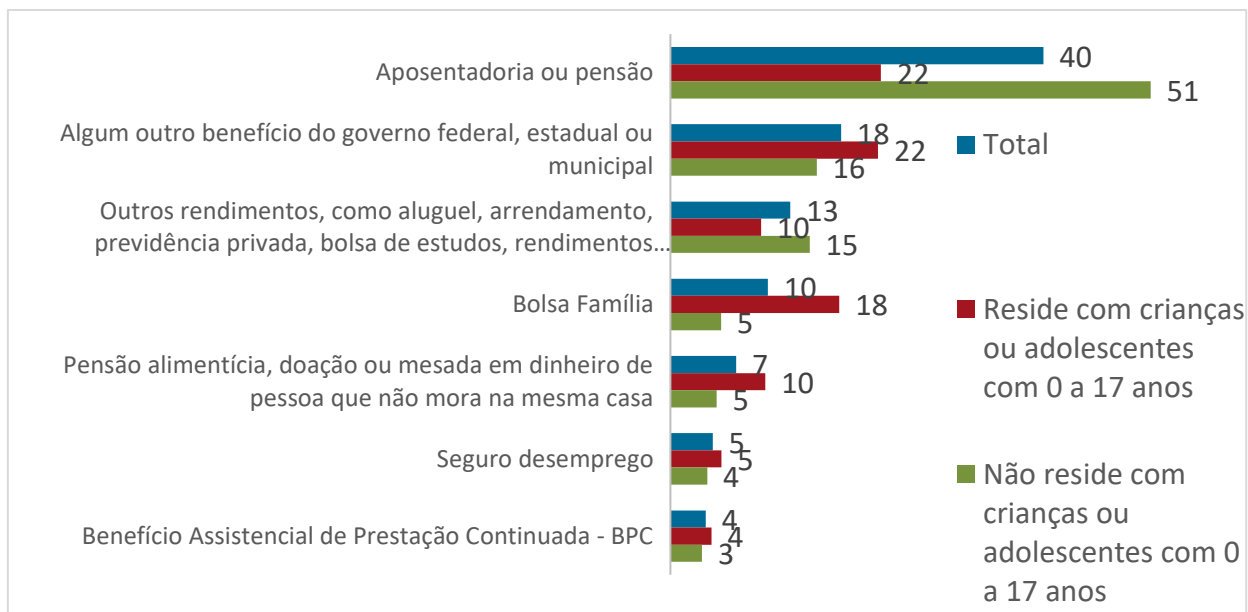
Ainda a respeito destas outras fontes de renda além do trabalho, a pesquisa revela que 42% dos que receberam o auxílio emergencial afirmaram ter recebido outro benefício do governo federal, estadual ou municipal, fontes de renda além do trabalho mais mencionada entre esse público. Cabe destacar também que são 16% dos que receberam auxílio emergencial também acessam o Bolsa-família.

Outro fator que chama atenção sobre o indicador de fontes de renda além do trabalho são as diferenças observadas entre residentes e não residentes com crianças e adolescentes. Entre residentes com crianças ou adolescentes foi mais mencionado o acesso a políticas sociais que, em geral, realmente beneficiam mais famílias com crianças ou adolescentes, como o Bolsa Família e outros benefícios governamentais (Gráfico 06), enquanto o acesso a aposentadoria e outros rendimentos como aluguel foram mais comuns entre não residentes com crianças ou adolescentes.

Gráfico 06

ACESSO A OUTRAS FONTES DE RENDA ALÉM DO TRABALHO, POR CARACTERÍSTICA DE RESIDIR OU NÃO COM CRIANÇAS OU ADOLESCENTES

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)



SEGURANÇA ALIMENTAR

A pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 nas Crianças e Adolescentes também analisa a segurança alimentar da população brasileira com 18 anos ou mais durante a pandemia de COVID-19 no Brasil, através de dados sobre a mudança de hábitos alimentares, assim como indicadores que buscam medir a insegurança alimentar neste mesmo período.

Desde o carnaval, marco do início da pandemia no Brasil com o registro do primeiro caso da doença no país, 49% da população brasileira com 18 anos ou mais afirmam que os hábitos alimentares mudaram em sua casa. Ao considerar somente a população residente com crianças ou adolescentes de até 17 anos, a proporção chega a 58%. A tendência de maior impacto da pandemia na alimentação entre quem mora com crianças e adolescentes também se reflete no consumo de alimentos industrializados em maior quantidade, o que ocorreu entre 23% do total da população brasileira de 18 anos ou mais, e 31% dos residentes com crianças e adolescentes.

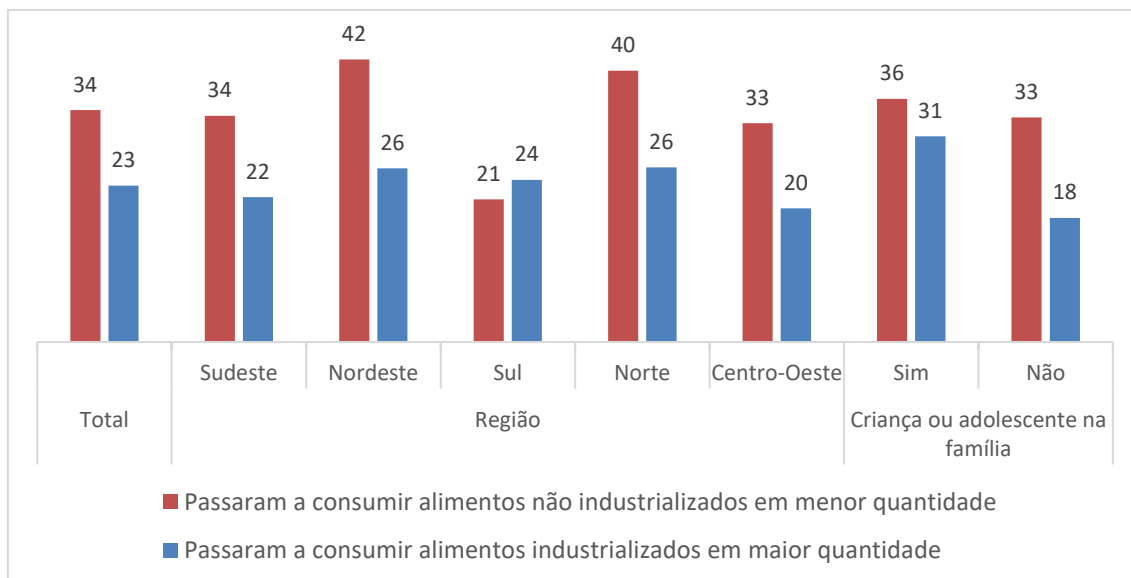
Enquanto indivíduos nas classes B (25%) e C (24%), e pertencentes a famílias com renda familiar de até um salário mínimo, e de dois a cinco salários mínimos (ambos com 25%), são as parcelas da população em que o aumento no consumo de alimentos industrializados durante a pandemia esteve mais presente, as classes DE (49%) e a população de renda familiar com até um salário mínimo (47%) foram as mais afetadas pela redução no consumo de alimentos não industrializados no período. A pesquisa também indicou que a proporção de quem passou a consumir alimentos industrializados em maior quantidade é maior entre quem teve sua renda reduzida durante a pandemia (28%), em comparação aos que não tiveram a renda reduzida (17%).

Ainda considerando a diminuição do consumo de alimentos não industrializados durante a pandemia da COVID-19, a diferença entre os que residem com crianças e adolescentes (36%) e aqueles que não residem (33%) é pequena. Porém, na comparação entre as regiões, no Norte e Nordeste foi identificado o cenário mais crítico, com aproximadamente quatro entre dez pessoas com 18 anos ou mais tendo mencionado que houve redução no consumo de alimentos não industrializados em seu domicílio desde o início da pandemia (gráfico 07).

Gráfico 07

HÁBITOS ALIMENTARES DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)



Além da mudança nos hábitos alimentares, a pesquisa procurou investigar se desde o início da pandemia de COVID-19 no Brasil a população passou por situações de insegurança alimentar, como falta de alimentos, de dinheiro para comprar mais comida, ou até mesmo fome. O resultado da pesquisa revela que na população brasileira de 18 anos ou mais, 21% (cerca de 33 milhões de brasileiros) passaram por algum momento desde o início da pandemia em que os alimentos acabaram em seu domicílio e não havia dinheiro para reposição. Além disso, 6% indicam que tiveram fome e deixaram de comer porque não havia mais dinheiro para reposição, e ainda 6% da população brasileira com 18 anos ou mais deixaram de fazer ao menos uma refeição porque não havia comida para todos, e não havia dinheiro para comprar mais.

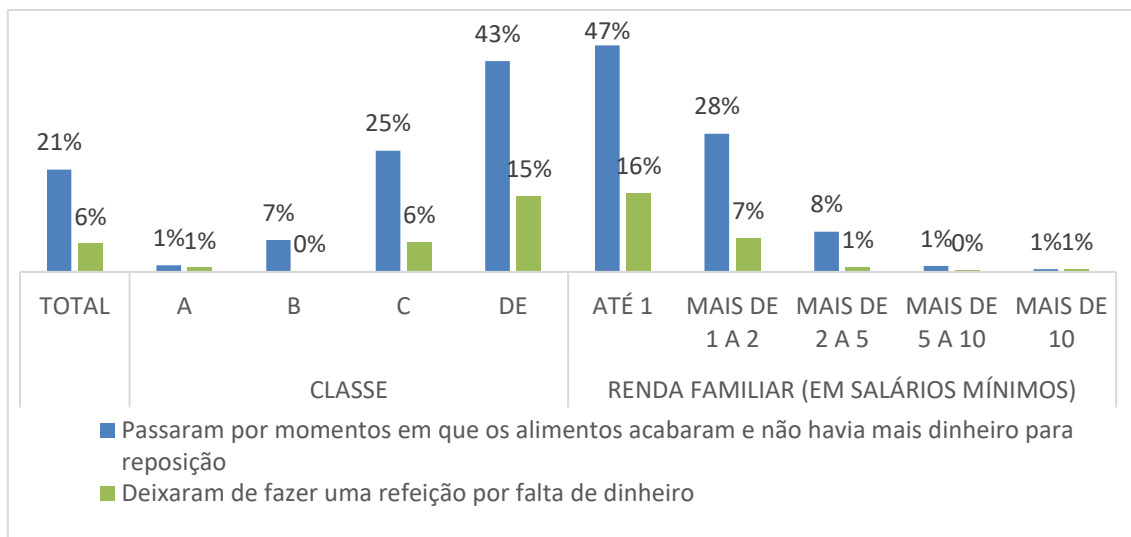
As regiões Norte e Nordeste juntas (31%), e as famílias que residem com crianças ou adolescentes com até 17 anos (27%) são os segmentos da população que mais foram atingidos por momentos em que os alimentos acabaram e não havia dinheiro para reposição. Entre as regiões do país, Norte e Nordeste em conjunto também apresentam a maior proporção dos que deixaram de fazer uma refeição por falta de dinheiro (10%) frente ao Centro-Oeste(7%), Sul (4%) e Sudeste (3%).

O impacto deste indicador também nas classes DE (43%) e na faixa de renda que vai até um salário mínimo (47%) mostra como estas parcelas da população estão mais vulneráveis aos impactos da COVID-19 na alimentação. As mesmas tendências podem ser observadas considerando os que deixaram de fazer uma refeição por falta de dinheiro.

Gráfico 08

INSEGURANÇA ALIMENTAR DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)



Ao serem comparadas as parcelas da população brasileira de 18 anos ou mais que recebem ou não o Bolsa Família, ou indivíduos que tiveram ou não acesso ao Auxílio Emergencial do governo federal, observa-se que proporções relevantes da população sem acesso a esses programas passaram por situações de insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19. Entre aqueles que recebem o Bolsa Família, o percentual dos que passaram por momentos em que os alimentos acabaram (50%) foi consideravelmente mais alto do que no total da população, enquanto a proporção foi de 18% entre os que não são beneficiários do programa, o que revela uma parcela importante dessa população que foi fortemente impactada pela pandemia, mas não é coberta pelo programa federal. Da mesma forma, entre os que receberam o Auxílio Emergencial do governo federal, 29% passaram por momentos em que os alimentos acabaram, e 11% deixaram de fazer uma refeição por falta de dinheiro, enquanto entre os que não receberam o auxílio a proporção dos que passaram por momentos em que os alimentos acabaram ainda foi relevante (17%), apesar da baixa proporção dos que deixaram de fazer uma refeição por falta de recursos no mesmo segmento (3%).

Entre as pessoas que moram com crianças ou adolescentes com até 17 anos, 6% mencionam que eles deixaram de comer porque não havia mais dinheiro para comprar comida desde o início da pandemia. A pesquisa também investiga qual a parcela da população com 18 anos ou mais que teve acesso a algum programa de distribuição de alimentos e quem promoveu este acesso. A grande maioria (92%) não teve acesso a programas do tipo, e 4% citaram ter tido acesso a um programa do governo (como o item no questionário não especifica o ente federativo, não é possível precisar se se trata de programas do governo municipal, estadual ou federal).

EDUCAÇÃO

Em decorrência da COVID-19, desde março de 2020 governadores e prefeitos brasileiros passaram a decretar medidas de isolamento social, visando reduzir as taxas de contágio da doença. Dentre essas ações, uma das primeiras, seguindo o que já havia sido feito em outros países, foi o fechamento de creches e escolas para atividades presenciais, situação que permaneceu inalterada pelo menos até o início de setembro de 2020, em grande parte sem previsão de reabertura. Para entender

melhor as consequências desse cenário, a pesquisa sobre Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes traz indicadores sobre o tema educação no período da pandemia no Brasil.

Dentre os indivíduos que residem com crianças ou adolescentes em idade escolar, ou seja, com 4 a 17 anos de idade, 92% afirmaram que, antes da pandemia, elas estavam matriculadas em escolas de Educação Infantil, Pré-Escola, Ensino Fundamental ou Ensino Médio, sendo que, destes, 64% estavam matriculados em escola pública, 32% em particular e 4% em ambos (casos em que havia mais de uma criança ou adolescente no domicílio). Aqueles que indicaram que as crianças e adolescentes em idade escolar não estavam matriculadas em escolas antes do início da pandemia (8%) representam cerca de 4,2 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais. Essa proporção foi maior sobretudo entre os indivíduos com até o Ensino Fundamental I (19%) e de classes DE (15%). Quanto a isso, vale ressaltar que, de acordo com os dados do módulo de educação da PNADC 2019, 4% das crianças e adolescentes com 4 a 17 anos estavam fora da escola em 2019⁵.

A pesquisa revela que, nesse contexto, 91% dos residentes com crianças e adolescentes em idade escolar relataram que elas deram continuidade às atividades escolares em casa, sendo que os 9% que disseram que os estudantes com quem residem não têm realizado atividades escolares à distância, correspondem a 4 milhões de residentes com crianças e adolescentes. Entre os residentes com estudantes de escola particular, a proporção dos que declaram que eles têm feito atividades escolares em casa é maior (94%) do que entre os residentes com estudantes de escola pública (89%), diferença que pode ser justificada, em grande medida, tanto pela maior parcela de alunos de escolas públicas que não têm recursos técnicos e financeiros para dar continuidade ao estudo de forma não presencial, quanto pela preocupação das escolas particulares em manter a prestação de serviços para a manutenção do pagamento das mensalidades.

Entre os indivíduos residentes com crianças ou adolescentes que continuaram recebendo atividades escolares em casa durante a pandemia de COVID-19, também foi investigada a quantidade de dias que os estudantes receberam essas atividades na semana que antecedeu a pesquisa. A maior parte desses indivíduos (63%) informou que as crianças ou adolescentes receberam tarefas em cinco dias da semana, 6% em quatro dias, 9% em três dias, 3% em dois dias, 6% em apenas um dia e 12% afirmaram que os estudantes com quem residiam não haviam recebido tarefas em nenhum dia da semana de referência, o equivalente a 6 milhões de residentes com crianças e adolescentes que não receberam atividades escolares durante uma semana. Verificou-se ainda que, entre indivíduos de classes mais altas, os estudantes com quem residem recebem atividades em mais dias da semana do que os estudantes que moram com entrevistados de classe mais baixa: receberam

⁵ Mais informações em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=sobre>. O dado para o recorte de 4 a 17 anos foi calculado pelo IBOPE Inteligência a partir das tabelas do IBGE. Sobre a diferença nos resultados, é necessário ressaltar dois pontos principais: 1) o módulo de Educação da PNADC 2019 foi aplicado presencialmente, antes da pandemia; 2) na pesquisa sobre impactos da COVID-19 em crianças e adolescentes, o informante não é necessariamente o responsável pelas crianças ou adolescentes ou o responsável pelo domicílio, e sim com qualquer adulto com 18 anos ou mais; assim, as informações específicas sobre as crianças ou adolescentes residentes no domicílio podem não ser precisas.

tarefas escolares nos cinco dias da semana 83% dos de classe A e 69% dos de classe B, proporções superiores aos de classe C (58%) e DE (54%).

Em relação ao tempo diário que os estudantes despendem para realizar as atividades escolares, inclusive aulas por vídeo, a maior parte dos residentes com crianças ou adolescentes em idade escolar responderam que eles levam entre uma e duas horas por dia (35%), ou entre duas e quatro horas por dia (38%), enquanto foram menos frequentes as menções a menos de uma hora por dia (8%), ou mais de cinco horas por dia (12%). O indicador também aponta que os estudantes de classes mais altas passam mais tempo realizando atividades escolares do que os de classes mais baixas. Entre os entrevistados de classe A, 30% informaram que os estudantes com quem residem levam mais de cinco horas por dia para realizar as atividades escolares, percentual que decresce entre as classes B (13%), C (10%) e DE (3%).

Outra informação trazida pela pesquisa a respeito das tarefas escolares é que 73% dos residentes com estudantes de 4 a 17 anos informaram que estes receberam ajuda de alguém da casa, ao passo que 22% dizem que eles não receberam ajuda e 3% declararam que a ajuda não foi necessária. Em relação a esse indicador, observa-se que a escolaridade dos indivíduos com 18 anos ou mais está associada à ajuda às crianças e adolescentes residentes nos domicílios em tarefas escolares, uma vez que entre aqueles que cursaram até o Ensino Fundamental I o percentual dos que afirmaram que as crianças ou adolescentes não receberam ajuda chega a 33%, proporção bem mais alta do que a observada entre indivíduos com escolaridade até o Ensino Médio (17%) e Ensino Superior (14%).

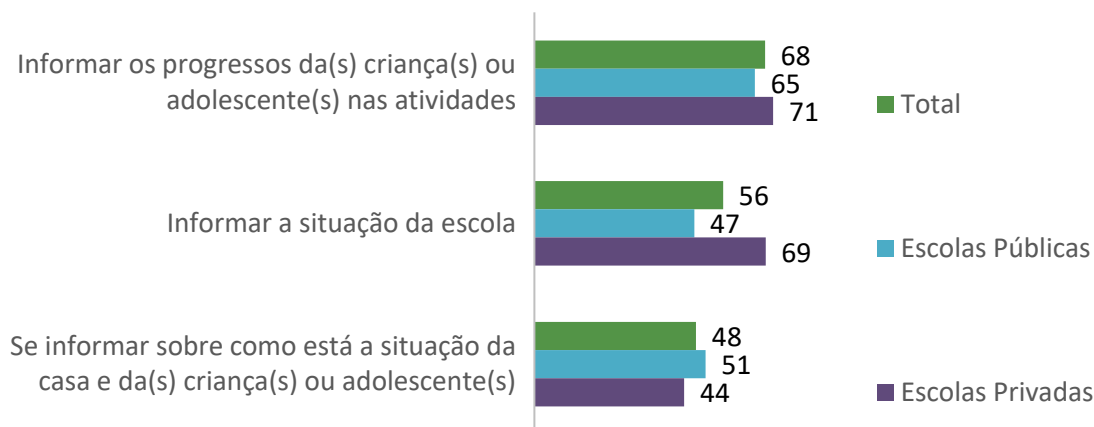
Ainda sobre o acompanhamento familiar da vida escolar de crianças e adolescentes durante a pandemia, a pesquisa investigou os principais motivos para a comunicação da escola ou do professor com a família do estudante, considerando que essa relação também sofreu alterações em decorrência da pandemia de COVID-19. No geral, informar o progresso das crianças ou adolescentes nas atividades (68%) foi motivo mais citado pelos residentes com estudantes que continuaram realizando as atividades escolares em casa, seguido de informar a situação atual da escola (56%) e se informar sobre como está a situação da casa e das crianças ou adolescentes.

Verificou-se uma diferença nos motivos de contato com a família entre residentes com crianças ou adolescentes matriculados em escolas públicas ou privadas. Conforme mostra o gráfico 09, 69% daqueles que residem com alunos de escola privada afirmaram que são informados sobre a situação da escola, contra 47% dos residentes com alunos de escola pública. Por outro lado, a comunicação da escola com a família para se informar como está a situação da casa e das crianças e adolescentes foi um motivo mais citado por aqueles que residem com estudantes de escolas públicas (51%) do que de escolas particulares (44%), o que revela que uma parcela importante das escolas públicas e privadas mantiveram proximidade com seus alunos para além das atividades escolares cotidianas.

Gráfico 09

COMUNICAÇÃO DA ESCOLA OU DO PROFESSOR COM A FAMÍLIA, POR MOTIVO DO CONTATO

Percentual de pessoas que residem com crianças ou adolescentes de 4 a 17 anos que continuaram realizando as atividades escolares em casa (%)



Com as restrições impostas às aulas presenciais em decorrência das medidas de isolamento social, a Internet se tornou um dos principais meios para a continuidade da relação entre as escolas e alunos. Dentre os residentes com crianças e adolescentes que têm dado continuidade à realização de atividades escolares em casa, 87% afirmaram que os estudantes continuaram realizando atividades pela Internet durante a pandemia, sendo que os 13% não realizaram representam cerca de 6 milhões de residentes com crianças ou adolescentes. O estudo ainda aponta que a utilização da Internet para atividades e tarefas escolares foi mais mencionada entre indivíduos que vivem com alunos de escolas particulares (97%) do que de escolas públicas (81%).

O alto uso da Internet para a realização de atividades e tarefas escolares também levanta um alerta para o tempo que crianças e adolescentes têm passado em frente a telas, considerando os possíveis prejuízos que podem ser causados à saúde por conta dessa exposição, como, por exemplo, problemas na visão. Segundo a pesquisa, 76% dos residentes com pessoas de 4 a 17 anos revelam que o tempo que crianças e adolescentes têm passado em frente a telas - como televisão, celular, computador ou tablet - aumentou em relação a antes do início da pandemia, para 11% o tempo permaneceu o mesmo que antes e, para outros 11%, esse tempo diminuiu.

PRIMEIRA INFÂNCIA

A primeira infância, que compreende crianças nas idades de 0 a 3 anos⁶, é um período essencial para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo infantil, com impactos na vida adulta. Mudanças na rotina e na convivência familiar, como as ocasionadas em decorrência da pandemia de COVID-19, podem afetar esse desenvolvimento e, por conta disso, a pesquisa visa investigar alguns aspectos dessa realidade. Entre brasileiros com 18 anos ou mais residentes com crianças com até 3 anos, um terço (34%) mencionam que essas crianças frequentavam uma creche antes da pandemia, o que revela que sofreram uma alteração significativa em sua rotina diária no período, uma vez que as creches fecharam.

⁶ Devido à baixa quantidade de respondentes que residiam com crianças de 0 a 3 anos (141 entrevistados), os dados deste módulo não permitiram análises por diferentes segmentos da população, como nível de escolaridade, classe e região do Brasil.

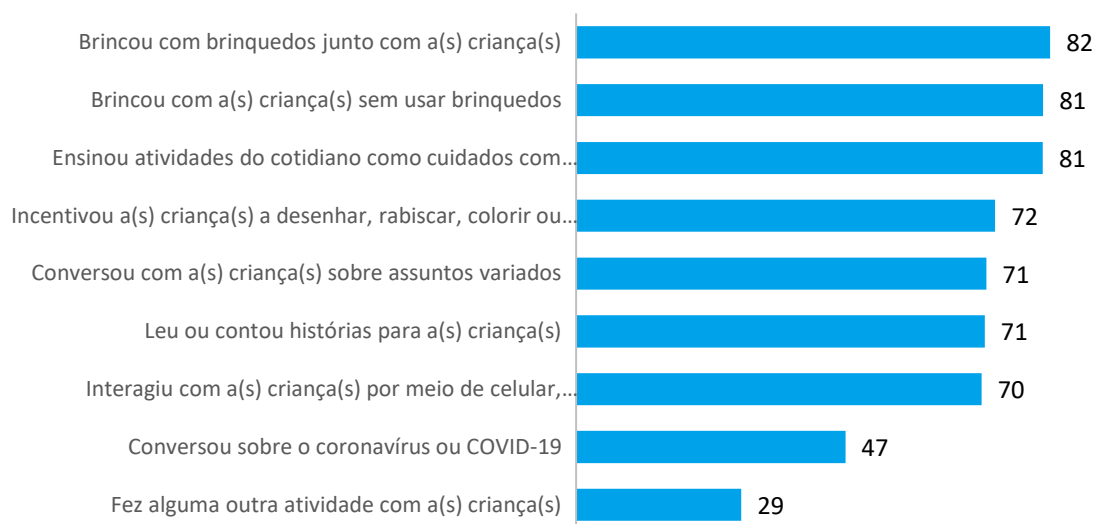
Ainda a respeito da primeira infância, para garantir a saúde e o bem-estar das crianças, é importante que mães, pais e responsáveis estejam bem informados sobre os cuidados a serem tomados na primeira infância. Nesse sentido, a pesquisa aponta que daqueles que residem com crianças na primeira infância, 92% já tiveram acesso a informações sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento das crianças e para a vida adulta. As principais fontes de informação apontadas foram médicos e pediatras (83%), notícias sobre este tema (73%), redes sociais ou sites de vídeos como Facebook e YouTube (62%) e serviços de saúde ou da assistência social (59%). Menos da metade dos residentes com crianças na primeira infância receberam informações de sites do Governo, de ONGs ou de outras instituições (42%), professores ou educadores (41%), enquanto os visitantes domiciliares de programas do Governo, ONGs ou outras instituições foram mencionados por 14% e os visitantes domiciliares do Programa Criança Feliz por apenas 8%.

Além da maior parte dos residentes com crianças na primeira infância terem afirmado terem tido acesso a informações sobre a importância da primeira infância no desenvolvimento das crianças, a pesquisa aponta que 96% realizaram ou moram com outras pessoas que realizaram atividades com as crianças de 0 a 3 anos na semana anterior à realização da pesquisa, sendo a atividade de brincar, com ou sem brinquedos, a principal delas (Gráfico 10).

Gráfico 10

ATIVIDADES REALIZADAS COM AS CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NA SEMANA ANTERIOR À REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Percentual de pessoas com 18 anos ou mais que residem com crianças de 0 a 3 anos (%)



A pandemia de COVID-19 também fez com que muitos responsáveis evitassem sair de casa com as crianças, seja por medidas de isolamento social decretadas pelo Governo, seja por precaução da própria família. Por esta razão, a pesquisa sobre impactos da pandemia investigou junto a residentes com crianças na primeira infância a busca de serviços de vacinação para crianças no período da pandemia. No total, 73% buscaram ou residem com pessoas que buscaram serviços de saúde públicos ou privados de vacinação para bebês e crianças de 0 a 3 anos de idade. Entre os que não buscaram o serviço de vacinação, o motivo mais citado para isso foi o fato de todas as vacinas das crianças estarem em dia (80%).

PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA

Outro importante tema tratado na pesquisa a respeito dos impactos primários e secundários da COVID-19 nas crianças e adolescentes é a violência, sobretudo a violência doméstica. Por se tratar de um tema sensível, de difícil reporte principalmente entre indivíduos que estão envolvidos em casos de violência doméstica, os indicadores levantados nesse bloco da pesquisa tangenciam a questão sem tratar diretamente do tema. Assim, a pesquisa traz dados sobre a variação no consumo de substâncias nos domicílios, a mudança nas relações entre moradores e a existência de momentos de tensão entre os moradores de um domicílio.

Para 32% da população brasileira com 18 anos ou mais, houve um aumento no consumo de substâncias como medicamentos, álcool ou tabaco entre os familiares desde o início da pandemia de COVID-19 no Brasil, proporção que equivale a aproximadamente 50 milhões de brasileiros. Considerando somente os medicamentos, cerca de um em cada cinco brasileiros com 18 anos ou mais (21%) declarou que aumentou ou que reside com alguém que aumentou o consumo desse tipo de substância no mesmo período.

No que concerne às relações entre pessoas do mesmo domicílio durante o período da pandemia, para a maioria as relações não mudaram (74% da população brasileira com 18 anos ou mais), enquanto para 15% passaram a acontecer mais momentos de tensão ou discussão. Nestes casos de aumento, não houve diferença significativa entre residentes (17%) e não residentes com crianças ou adolescentes (14%). Por outro lado, observou-se que entre pessoas que mencionaram que o consumo de substâncias aumentou durante a pandemia, foi maior a proporção dos que mencionaram que os momentos de tensão aumentaram em suas casas (24%), mais que o dobro do que a proporção observada entre os que relataram que não houve aumento do consumo de substâncias em suas casas (11%). De maneira semelhante, o aumento de momentos de tensão também foi mais comum entre indivíduos que tiveram a sua renda familiar reduzida (18%) se comparados com a parcela da população cuja renda familiar não diminuiu (11%).

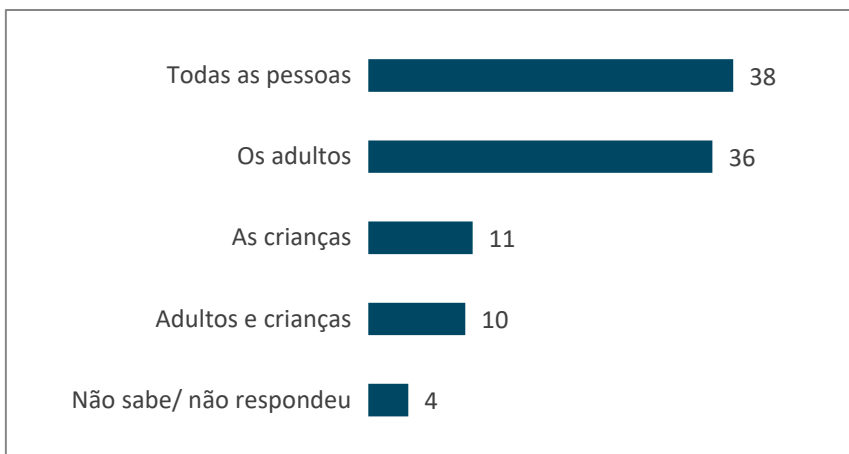
A menção a mais momentos de tensão ou discussão também foi mais comum sobretudo nas faixas etárias mais jovens, como 18 a 24 anos (23%), 25 a 34 anos e 35 a 44 anos (ambas com 19%), enquanto foi menos mencionada entre indivíduos com 45 a 54 anos (11%) e 55 anos ou mais (9%). Em termos socioeconômicos, foi mais frequente entre indivíduos pertencentes a classes mais altas, como nas classes A (18%) e B (16%), enquanto foi menos mencionada entre a população com 18 anos ou mais das classes DE (11%). Vale ressaltar ainda que o percentual de menções a aumento de momentos de tensão entre os moradores dos domicílios foi maior também entre os indivíduos que não estavam trabalhando no momento da pesquisa, mas estavam trabalhando antes da pandemia (22%), ao passo que foi menor entre os que não trabalhavam antes da pandemia e continuam nessa situação (14%) e entre os que atualmente trabalham (13%).

Outro indicador que avalia a relação entre as pessoas do mesmo domicílio busca saber quem está envolvido nos momentos de maior tensão e discussão. De acordo com as pessoas residentes com crianças e adolescentes com até 17 anos e que acreditam que as relações entre os habitantes da casa mudaram durante a pandemia, os momentos de maior tensão e discussão acontecem entre todos os moradores (38%), enquanto problemas envolvendo as crianças foram mencionados por 11%, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 11

MORADORES ENVOLVIDOS EM MOMENTOS DE MAIOR TENSÃO E DISCUSSÃO

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais residentes com crianças e adolescentes e que acreditam que as relações entre os habitantes da casa mudaram durante o período da pandemia(%)



Considerando a população com 18 anos ou mais que evitaram sair de casa e estão passando por mais momentos de tensão em casa, 16% disseram que pediram ajuda a alguma pessoa ou entidade por causa dessa situação. Entre os agentes contatados no pedido de ajuda, em geral houve poucas menções, com destaque para um líder religioso como padre ou pastor (6%). Serviços governamentais com o Conselho Tutelar (3%), visitantes do programa Criança Feliz (3%), a polícia (3%), a delegacia da mulher (1%), Disque 100 ou Disque 180 também foram pouco mencionados.

CONCLUSÕES E AGENDA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes traz dados robustos sobre a situação da pandemia até julho de 2020 no Brasil e, conforme seu objetivo, informações que servem como importantes insumos para políticas voltadas à infância e adolescência nesse período tão desafiador. Nessa seção estão presentes algumas questões que podem ser melhor desenvolvidas a partir dos dados da pesquisa.

Informações sobre a COVID-19

Por se tratar de uma nova doença, com os primeiros estudos sendo produzidos simultaneamente à proliferação e ao avanço da contaminação pelo vírus, as informações relacionadas à COVID-19 chegam de forma desigual às famílias brasileiras. Quando analisados os resultados por região e escolaridade, observa-se que a maior parcela dos que não receberam informações relacionadas à doença encontra-se entre pessoas que residem na região Sul e que estudaram até o ensino fundamental. Ao investigar o tipo de informação recebida, verifica-se que quanto maior o nível de escolaridade e a classe, maior a proporção dos que receberam informações sobre os riscos e complicações da doença.

Dado que as informações relacionadas à COVID-19 e aos cuidados para se proteger da doença são fundamentais para conter o avanço da disseminação do vírus, pensar em políticas públicas que garantam acesso à informação para diferentes grupos sociais, sobretudo os mais vulneráveis, é importante para mitigar as desigualdades sociais que podem ser potencializadas por conta da crise decorrente da pandemia do COVID-19.

Ao mesmo tempo, a pesquisa aponta que houve alguma comunicação efetiva sobre a doença durante a pandemia, mesmo que chegando indiretamente à população, uma vez que ficou próximo ao total, por exemplo, o percentual dos que passaram a

usar máscaras ao sair de casa no período, atitude muito pouco comum no Brasil antes da pandemia de COVID-19. Não é possível garantir, porém, com base na pesquisa, que a comunicação tenha partido unicamente de entidades estatais ou que as informações sejam amplamente confiáveis. Nesse sentido, em um contexto de existência de informações falsas, fontes confiáveis são necessárias mesmo quando a população já tem acesso a informações. Na segunda rodada da pesquisa esses percentuais devem voltar a ser analisados com atenção com intuito de avaliar o quanto essas percepções estão mudando no decorrer da pandemia.

Saúde

Ao analisar os impactos da pandemia de COVID-19 na saúde da população brasileira, verifica-se que, no total, 43% da população com 18 anos ou mais não buscou nenhum tipo de atendimento ou informação ao sentir um dos sintomas de COVID-19. Vale ressaltar que as maiores proporções foram identificadas entre pessoas que residem nas regiões Centro-Oeste e Sul, e que estudaram até o Ensino Fundamental I. Dessa forma, a pesquisa indica a necessidade de facilitar o acesso a atendimento de saúde e a fontes de informação confiáveis em caso de existência de sintomas.

Além disso, a pesquisa confirma a baixa proporção de pessoas testadas no país, conforme apontam outros levantamentos. Portanto, indica que ainda há espaço para ações no sentido de aumentar o volume de testes.

Água, saneamento e higiene

Os dados da pesquisa apontam que o acesso à rede geral de distribuição de água ou à rede geral de esgoto ou pluvial é um desafio maior nas regiões Norte e Nordeste, que se destacaram na pesquisa por terem sido mais afetadas pelos impactos secundários da COVID-19. Além disso, nota-se que quase a totalidade dos brasileiros possuíam pelo menos um item de higiene em suas casas, o que, em conjunto com os dados sobre segurança alimentar, pode indicar que o foco de eventuais políticas de distribuição de produtos devam estar em alimentos e, em segundo plano, em produtos de higiene.

Renda familiar

Seguindo o panorama já observado em outras pesquisas⁷, se confirma um cenário de forte impacto da pandemia de COVID-19 na renda da população, principalmente em decorrência de alterações no rendimento do trabalho. Em acréscimo a isso, a pesquisa aponta um impacto especial na renda familiar daquelas pessoas que residem com crianças ou adolescentes.

Portanto, os resultados confirmam a importância de políticas emergenciais como o auxílio emergencial do governo federal. Nesse sentido, a proporção de indivíduos que solicitaram o auxílio e não sabem o motivo de não terem recebido merece atenção devido à necessidade de transparência aos cidadãos sobre o andamento e os resultados do processo de solicitação do auxílio. Dessa forma, esse indicador deve ser acompanhado na segunda rodada da pesquisa, uma vez que o atendimento às solicitações continuou ocorrendo.

⁷ Conforme revela a pesquisa PNAD COVID, do IBGE, em julho de 2020 30,1% das pessoas ocupadas no Brasil tiveram rendimento menor do que normalmente recebido. Mais informações em <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Recuperado em 14/09/2020.

Outro fenômeno que deve ser acompanhado na segunda rodada da pesquisa é a percepção de diminuição do rendimento no período da pandemia, uma vez que pesquisas apontam que o auxílio emergencial impactou positivamente o rendimento de uma grande parcela da população, ao menos durante o período da pandemia⁸, sobretudo considerando o acesso ao benefício por populações que não tinham ocupação no período anterior à pandemia.

Segurança alimentar

Ao analisar os indicadores que investigam a segurança alimentar da população brasileira, o cenário que se revela é de aumento do consumo de produtos industrializados, principalmente entre as famílias com crianças e adolescentes com até 17 anos. Isso evidencia a necessidade de políticas relacionadas à uma alimentação saudável – principalmente nas parcelas da população com renda familiar de até dois salários mínimos, que são as mais afetadas pela diminuição do consumo de alimentos não industrializados no período.

Além disso, é necessária uma atenção especial à parcela da população que atravessa momentos de insegurança alimentar relacionados à falta de dinheiro durante a pandemia de COVID-19. Como foi possível identificar a partir dos resultados da pesquisa, 50% da população brasileira com 18 anos ou mais que recebe o bolsa-família passou por momentos em que os alimentos acabaram e não havia dinheiro para comprar mais. Isso significa que o programa não evita que parte da população viva em insegurança alimentar e, nesse sentido, a discussão sobre a existência de programas que garantam uma renda básica à população torna-se fundamental.

Educação

Ainda que a maioria dos residentes com crianças e adolescentes em idade escolar que estavam matriculadas na escola antes da pandemia tenha afirmado que elas continuaram realizando atividades durante o período da pandemia de COVID-19 no Brasil, os cerca de 4 milhões de residentes com crianças ou adolescentes de 4 a 17 anos que relataram que elas não realizaram atividades escolares à distância servem de alerta para mostrar que há margem para um agravamento da situação de exclusão no acesso à educação de crianças e adolescentes em idade escolar em função das consequências trazidas pela pandemia.

Primeira Infância

Apesar da maioria dos residentes com crianças na primeira infância declararem que já tiveram acesso a informações sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento das crianças e para a vida adulta, uma pequena proporção desta população teve acesso a estas informações através do Programa Criança Feliz. Desta forma, o resultado da pesquisa ajuda a entender a abrangência real da atuação do programa, e conseqüentemente, do auxílio no desenvolvimento integral das crianças desde a gestação até o fim da primeira infância.

Proteção contra violência

⁸ De acordo com dados da PNAD COVID, do IBGE, em julho de 2020 a média do rendimento efetivamente recebido do trabalho foi maior do que em junho do mesmo ano, apesar dessa média permanecer menor do que a média dos rendimentos normalmente recebidos do trabalho pelas pessoas ocupadas. Esse movimento, conforme indica a mesma pesquisa, está associado ao auxílio emergencial do governo federal. Mais informações em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101745.pdf>. Recuperado em 14/09/2020.

Mesmo considerando um cenário de enfrentamento da pandemia de COVID-19, no qual parcelas significativas das famílias ficaram isoladas em ambiente domiciliar, os dados da pesquisa mostram que os canais disponibilizados pelo Governo Federal, como o disque 100 e o disque 180 foram pouco utilizados em momentos de tensão. O fenômeno pode ser entendido e visto sob diferentes perspectivas, mas pode apontar para a importância de ações de comunicação sobre estes canais de denúncia, gerando maior conhecimento e confiança da população sobre a existência destes canais e na continuação de seu atendimento durante a pandemia.